

Artigos

*Fatos mais extraordinários que a desolação de Babilônia:
Escravos, senhores inconformados e o narrador de A
Semana (1892-1893)*

*More extraordinary facts than the Fall of Babylon: Slaves,
recusant lords and the narrator of A Semana (1892-1893)*

*Daniela Magalhães da Silveira**

Resumo: A série de crônicas *A Semana* foi publicada aos domingos, na primeira coluna da *Gazeta de Notícias*. Aparecia sem assinatura, embora fosse do conhecimento de uma parte do público leitor que aqueles textos pertenciam a Machado de Assis. Tinha como função comentar os principais acontecimentos da semana anterior e fazia uso intensivo da própria imprensa para executar tal tarefa. A série durou entre 24 de abril de 1892 a 28 de fevereiro de 1897; no entanto, este artigo tem como objetivo analisar apenas os dois primeiros anos, momento importante devido à descoberta da manutenção de algumas pessoas escravizadas, mesmo após a assinatura da Lei Áurea.

Palavras-chave: Machado de Assis. Trabalho escravo. Pós-abolição.

Abstract: The series of chronicles *A Semana* was published on Sundays in the first column of the newspaper *Gazeta de Notícias*. Although the texts were presented with no signature, part of the readers knew they had been written by Machado de Assis. The aim was to comment on the happenings of the previous week and, for this, the press was intensively used. The series lasted from April 24th, 1892 to February 28th, 1897. However, the purpose of this article is to analyze only its first two years, as it was an important moment due to the discovery that some people were still enslaved, even after the sanction of *Lei Áurea*, the “Golden Law”. Thus, Machado de Assis used the series to participate in the main discussions about the transformation of slave labor into free labor.

Keywords: Machado de Assis. Work. Post-abolition.

* Mestrado e Doutorado em História Social da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. *E-mail:* danielasilveira@hotmail.com

A linguagem do trabalho

Na seção de anúncios, da *Gazeta de Notícias*, do dia 10 de julho de 1892, domingo, encontramos: “Aluga-se uma senhora para lavar e engomar; na rua de S. Cristóvão n. 267.” E: “Aluga-se uma moça espanhola, para lavar e arrumar casa, em casa de pouca família; travessa do Bom Jardim n. 108.” Alguns dias depois, em 14 de julho, quinta-feira, lia-se também na seção de anúncios: “Precisa-se de uma preta velha para serviço de um casal; trata-se na rua da Perseverança n. 7, estação do Riachuelo”. E ainda: “Precisa-se de uma moça solteira, branca, de 25 a 30 anos, para serviços domésticos; para tratar na rua de Catumbi n. 48.” Naquela mesma semana, no dia 16 de julho, sábado, aparecia: “Precisa-se de uma menina de 10 anos para cima para lidar com uma criança, garante-se bom tratamento e mediante algum ordenado; na travessa da Paz, n. 9.”

Quando retrocedemos 10 anos e chegamos ao dia 9 de julho de 1882, domingo, encontramos anúncios confeccionados de forma muito parecida, também na *Gazeta de Notícias*: “Aluga-se uma escrava para todo o serviço; na rua da Alfândega n. 141, sobrado.” Ou: “Aluga-se uma rapariga para andar com crianças, é muito carinhosa; trata-se na rua do Senhor dos Passos n. 131”; e também: “Recebem-se escravos de ambos os sexos, para alugar e vender, os alugueis são vantajosos e adiantados, as vendas prontas; trata-se com Antônio Caetano da Silva, praça da Constituição n. 677.”

Diante da insistência nessa forma de escrever anúncios, algumas questões devem ser esclarecidas. Em primeiro lugar, é preciso notar que entre o grupo de anúncios colhidos aleatoriamente numa semana de 1892 e aquele datado de 1882, houve a assinatura da Lei Áurea. Ao observar os dois grupos de anúncios, podemos ficar com a impressão de que a abolição pouco contribuiu em mudanças efetivas sobre a organização do trabalho no Brasil. No entanto, precisamos considerar as conclusões chegadas por Wlamyra Albuquerque, de que “num país secularmente escravista, a extinção do binômio escravo/senhor trouxe instabilidade para relações fundadas em antigas regras, ameaçou velhas políticas de sujeição e inclusão social, ainda que a abolição não as tenha extinguido” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 97). Por sua vez, temos, por meio dessa forma de buscar trabalhadores e trabalhadoras, a tentativa de empregadores de manter antigas práticas senhoriais. Especialmente quando dizia respeito ao trabalho doméstico.¹ Aquelas que se responsabilizariam por serviços, tais como: lavar, passar, arrumar a casa e ainda cuidar de crianças e idosos conviveram diretamente com a fúria de antigos senhores de escravos, que insistiam em não aceitar a nova situação.

Essa realidade deixou indícios nos jornais, na medida em que encontramos trabalhadoras de diferentes cores e idades que, ao oferecerem seus serviços, utilizavam a mesma terminologia anterior à assinatura da lei: “Aluga-se uma senhora” ou “Aluga-se uma moça”. Em conjunto, ainda vemos como tratar bem e pagar à trabalhadora aparecia como uma das vantagens oferecidas pelo empregador. Como se receber pelo serviço prestado não fosse o principal objetivo de quem buscava emprego, em uma seção de anúncios do jornal. Talvez isso denunciasse que trabalhadoras menores de idade ou uma “preta velha” estivessem substituindo funções e ocupando o mesmo lugar social outrora preenchido por mucamas.

O espaço ocupado por trabalhadoras do sexo feminino, dentro de casas senhoriais, parece ter sido pautado pela dependência pessoal. No período precedente à assinatura da Lei Áurea, as escravas que trabalhavam dentro de casa contavam com alguns privilégios, como a possibilidade de ter roupas e uma alimentação melhores (GRAHAM, 2005, P. 49). Essas supostas facilidades “tinham um preço: uma elevada expectativa de obediência e serviço leal, uma quase constante vigilância exercida por uma senhora sempre de olho”. (GRAHAM, 2005, p. 49). Além disso, as exigências sobre aquelas que tinham livre-acesso ao lar eram acrescidas também porque poderiam influenciar o desenvolvimento das filhas de sua senhora. (GRAHAM, 2005, p. 77). Essa relação, com importantes exceções, se dava entre duas mulheres: a senhora/patroa e a mucama/criada, de modo que o sucesso de uma “boa” dona de casa dependia do trabalho de outra pessoa. Esse jogo de forças acabou gerando muitos conflitos antes e depois da abolição. Talvez por isso, ainda na década de 1870, já existisse a tentativa de explicar às senhoras qual o tratamento que deveria ser despendido às criadas. Assim aconselhava Victoria Colonna:

A muitas donas de casa tenho ouvido dizer: - os criados são flagelos da existência; é interesseiro como um criado; indiferente como um criado, etc., etc., sem ocorrer-lhes que o mal nasce de cima, e que esses defeitos que se lhes atribui, e que realmente tem, são produzidos pela injustiça de tratamento que geralmente se lhes dá pois são quase sempre tratados como se pertencessem a uma casta nascida exclusivamente para servir, e com quem fôssemos dispensados de poupar a suscetibilidade, e devesse obrigativamente ser irrepreensível, afeiçoada, grata e desinteressada, a despeito da nossa indiferença. (COLONNA, 1874, p. 343).

A choradeira de senhoras que dependiam de suas escravas ou trabalhadoras domésticas para fazerem boa figura nos salões parecia não ter fim, sendo agravada ainda mais posteriormente ao 13 de maio de 1888. Talvez, numa tentativa de garantir a continuidade da submissão, ao menos dentro de casa, empreendeu-se um esforço significativo e de bastante sucesso, instituindo que, em vez de sujeitas a regras previamente determinadas, “são as relações consagradas por costume, dever, afeto, honra, *reconhecimento e consideração*, que regulam as relações sociais dentro dos lares”. (CUNHA, 2007, p. 379). Nesse sentido, houve a desvalorização do trabalho doméstico que passaria a ter como pagamento apenas um “bom tratamento”, conforme se anunciava à época.

O certo é que, apesar da saudade que as mucamas deixaram em suas senhoras, as palavras escravo(a) e escravidão foram, aos poucos, desaparecendo da *Gazeta de Notícias*, um dos mais importantes jornais oitocentistas. Observando os anúncios de quem oferecia ou buscava trabalho, ainda quando a intenção fosse o não pagamento, não existia mais a possibilidade de alugar um escravo ou escrava. Se o trabalho ainda continuava sendo pensado, por muitos, a partir de uma relação de domínio, obediência e gratidão, a escravidão foi sendo alocada num passado distante. Entre 1889 e 1892, remeter-se à escravidão de forma direta restringiu-se aos momentos precedentes aos aniversários da assinatura da lei.

Entre 1889 e 1891, a *Gazeta de Notícias* reservou algumas colunas para noticiar como seriam os festejos que deveriam ocorrer no dia 13 de maio. A Confederação Abolicionista, associação fundada em 1883, por João Clapp, José do Patrocínio e Joaquim Ferreira, responsabilizava-se pela organização da festa, contando com o apoio da imprensa fluminense e da população de modo geral. As notícias começaram a aparecer por volta do dia 9 de maio, como uma forma de garantir que a população saberia onde e quais seriam as festas. Em 1889, o jornal ainda rendia homenagens à princesa Isabel, considerada a principal responsável por aquele feito. Além disso, mostrava que, apesar do medo que muitos tinham de que a lavoura entraria em decadência, por causa da ausência de trabalhadores, o País havia superado as situações mais adversas. Por outro lado, alguns cafeicultores revoltados se voltavam contra o governo e “alistavam-se sob a bandeira republicana”.² Como parte das comemorações daquele primeiro aniversário da Lei Áurea, o Imperador perdeu as penas impostas em virtude da lei de 10 de junho de 1835. De modo que o jornal fez questão de listar o nome dos 211 agraciados. No dia 14 de maio daquele ano, apareceu a confirmação do

sucesso da festa: “E o dia de ontem foi perfeitamente, exatamente, o reflexo vivo daquele majestoso dia 13 de maio de 1888”.³ Assim, a participação popular era aclamada.

Em 1890, as notícias se repetiam: “Os festejos organizados pela Confederação Abolicionista para comemorar a grande data continuam a ter o melhor acolhimento na população da capital”.⁴ É interessante observar como as notícias em torno das comemorações do dia 13 de maio exaltavam que as festas haviam contado com um número elevado de pessoas, “sem distinções de classe”.⁵ Talvez houvesse aí uma tentativa de mostrar que aquela data fora significativa não apenas para os antigos escravos e seus descendentes, como para a população de forma mais ampla. E, também, seguindo o raciocínio de Walter Fraga Filho, essa insistência de colocar classes diferentes no mesmo balaio pode fazer parte de uma tentativa de ratificar que “a abolição fora feita sem conflitos e representava o conagraçamento nacional, unindo os indivíduos e as classes”. (FRAGA FILHO, 2010, p. 74).

Mesmo após a Proclamação da República, as homenagens à Princesa Isabel ainda persistiram. A importância da “redentora dos escravos” começou a se esfalçar, ao menos na imprensa, a partir de 1891, quando toda a primeira página da *Gazeta de Notícias*, publicada no dia 13 de maio, foi dedicada à data, mas, em especial, a José do Patrocínio. Desse modo, naquele ano, houve festas, baile oferecido a José do Patrocínio, participação popular, sendo que a Confederação Abolicionista comemorou a data do seguinte modo:

Ao meio-dia do dia 13 de maio, estará o Sr. João Clapp, presidente dessa associação, no edifício da alfândega, e aí, acompanhado do inspetor deste estabelecimento, do seu ajudante, do diretor da recebedoria do município e do administrador das capatazias (sic), aguardarão a chegada do Sr. ministro da fazenda, que vai assistir ao ato da queima da última remessa dos documentos da escravidão, enviados dos Estados.⁶

Existiam, portanto, dois movimentos complementares ocorrendo ao longo daqueles três primeiros anos pós-assinatura da Lei Áurea: havia poucos anos que a escravidão chegara ao seu término no País, por isso a abolição precisava ser comemorada, com destaque especial para políticos e abolicionistas envolvidos com o processo. Todas as classes entendiam e participavam desse movimento. Paralelamente a isso, os ex-escravos e seus

descendentes tinham parte da documentação relativa à sua história queimada, conforme pode ser observado no trecho acima. Continuavam oferecendo seus serviços do mesmo modo que outrora haviam feito e, principalmente, começaram a desaparecer como força de trabalho, que passou a ser ocupada pelos imigrantes.

Em 1892, uma virada muito importante irá acontecer. De acordo com aquilo que apareceu na *Gazeta de Notícias*, o povo não participou das festas de comemoração ao 13 de Maio. Ao lado disso, houve um esforço de demonstrar que a escravidão fazia parte de um passado distante. Para a Bahia, Walter Fraga Filho constatou que esse distanciamento popular das comemorações ao 13 de Maio começou a ocorrer anteriormente, em 1890. Sua conclusão é a de que

esse “esfriamento” do entusiasmo popular parece estar ligado à conjuntura repressiva dos primeiros governos republicanos, que coíbiavam as reuniões públicas especialmente em datas festivas, como o 13 de maio e a Lavagem do Bonfim. Certamente havia interesses fortes em fazer com que a festa da abolição não “pegasse”. Para as autoridades republicanas interessava esvaziar o 13 de maio de seu sentido reivindicativo e cessar a possibilidade de se tornar a grande data nacional. Afinal, a abolição era a grande realização da monarquia. Além disso, a multidão nas ruas detonava o medo de que a ordem republicana recém implantada fosse abalada. Celebrar o 13 de maio era algo incômodo para as autoridades republicanas, uma fonte de críticas a um regime que não pretendia atender as demandas que nasceram no âmbito das lutas contra o cativo. (FRAGA FILHO, 2010, p. 88).

Considerando essa tentativa de esmaecer o passado escravista do País ocorrida logo nos primeiros anos pós-abolição, este artigo tem como objetivo acompanhar as crônicas da série “A Semana”, de Machado de Assis, publicadas entre 1892 e 1893, com destaque para a construção de uma memória da escravidão e a insistência senhorial na manutenção da exploração do trabalhador, mesmo que para isso fosse necessário burlar a própria lei. O argumento defendido é o de que Machado de Assis criou um narrador para essa série, disposto a debater sobre a escravidão e sobre os sujeitos que dela foram vítimas, tomando como ponto de partida sua face mais cruel. Fez isso como forma de prevenir e não deixar que os seus contemporâneos se

esquecessem o que havia representado a escravidão para o País e, principalmente, para os escravizados.

Estudar essas crônicas, em conjunto com a *Gazeta de Notícias*, abre-nos a possibilidade de jogar luz sobre a forma como aquelas discussões foram construídas, no calor da hora, com literatos que tentaram intervir na realidade vivida. Desse modo, seguindo a proposta dos organizadores da coletânea *História em cousas miúdas*, a intenção é tentar perceber como

estabelecia-se, entre autor e público, uma relação de mão dupla: se o cronista fazia dos seus artigos um modo de intervir sobre a realidade, influenciando os leitores, por outro ele era também influenciado por eles, cujas expectativas e interesses ajudavam a definir temas e formas que passaria a adotar. (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 15).

O narrador de “A Semana” e a escravidão

Entre 24 de abril de 1892 e 26 de novembro de 1893, Machado de Assis escreveu 83 crônicas para a *Gazeta de Notícias*, com a finalidade de compor a série “A Semana”.⁷ Todas essas crônicas foram publicadas na primeira coluna do jornal de domingo. Tinham como função primordial comentar os principais acontecimentos da semana anterior. Para exercer essa função, o literato precisaria conhecer bem o que se falava e publicava nos principais jornais de seu tempo. Depois selecionaria as questões que seriam comentadas em sua coluna. Ao fazer isso, no entanto, desenvolvia um modo bastante específico de escrita da série de crônicas. De fato, quase sempre escolhia as questões mais debatidas pelos jornais, sem esquecer alguma notinha que pudesse parecer despreziosa aos olhos de outro cronista. A composição dos textos também guardava algumas características especiais: não vinham assinadas, conforme era de praxe em artigos publicados na primeira coluna daquele jornal; no entanto, isso não quer dizer que as crônicas não possuíam um narrador que, recorrentemente, apresentava aos leitores e às leitoras uma anedota ou uma adivinhação, com a função de fio condutor para o desenvolvimento de todas as questões debatidas. Conforme ficou esclarecido na crônica de 12 de junho de 1892: “Ninguém me há de ver contar nada sem um pensamento, uma descoberta, uma solução, um mistério, algo que valha a pena ocupar a atenção do leitor.” Vez ou outra, no entanto, o tom de brincadeira acabava cedendo espaço ao espanto, à

admiração e até mesmo à seriedade de um narrador que parecia não acreditar no acontecido.

Diante do cumprimento dessa tarefa, Machado de Assis abordou um número bastante variado de temáticas, que, sob a voz do narrador da série, ganharam perspectivas que ajudaram a delinear o caráter de quem contava e o modo de reagir a determinadas questões mais recorrentes. Nesse sentido, vale à pena destacar algumas características que aquele narrador atribuiu a si mesmo. Não foram poucas as vezes que essa figura interferiu no relato da semana, para comentar sobre as suas manias e confessar como escrevia a crônica. Logo em sua estreia, afirmava que não entendia de política, mas, ainda assim, tentava desvendar sobre o “caso eleitoral”, ou seja, se a ausência de participação de eleitores na última eleição havia sido causada pela descrença ou abstenção. Na crônica seguinte, de 1º de maio de 1892, o narrador se atribuía mais uma característica: facilidade no manejo com números. Para completar, na terceira crônica da série, a de 8 de maio de 1892, havia a confissão de que os telegramas – publicados diariamente na *Gazeta de Notícias* e em outros jornais da capital federal – eram a sua principal crença: “Ninguém imagina a fé que tenho em telegramas.” Desse modo, logo nas três primeiras semanas de publicação da série, seus leitores já haviam sido informados de que, nos domingos vindouros receberiam o balanço da semana de alguém que pouco entendia de política, manjava ou alterava bem os números e acreditava nos telegramas. Sendo assim, podemos aventar que, com essas indicações em mãos, aqueles mesmos leitores começariam a desconfiar de tal narrador. Talvez percebessem que quem se escondia por detrás daquela pena tinha como uma de suas intenções fazê-los rir ou duvidar da política republicana, das finanças e da própria forma de dar a notícia àquela época. Afinal de contas, estariam diante de alguém que, insistentemente, debatia medidas políticas, mostrava o quanto era possível se enganar com os números relativos às práticas financeiras, que tanto preocupavam o País, e ficava perdido diante da pouca confiabilidade em telegramas que passavam a notícia de forma rápida e cheia de contradições.

Além dessas características bastante interessantes, esse narrador vivia escolhendo a melhor palavra para tentar oferecer uma aparência mais amena a determinadas situações. Conforme explicou na crônica de 12 de março de 1893, valeria muito mais a pena a utilização da palavra *inverdade* do que da sua correlata *mentira*, pois:

Que valem, por exemplo, todas as lutas do nosso velho parlamentarismo, em comparação com esta simples palavra: *inverdade*? Inverdade é o mesmo que mentira, mas mentira de luva de pelica. Vede bem a diferença. Mentira só, nua e crua, dada na bochecha, dói. Inverdade, embora dita com energia, não obriga a ir aos queixos da pessoa que a profere.

Diante dessa revelação, podemos compreender com muito mais clareza a passagem de algumas crônicas destinadas a refletir sobre escravos, escravas e a organização do trabalho nos anos 1892 e 1893. Neste intervalo de tempo, não apareceu nenhuma crônica dedicada exclusivamente ao destino dos ex-escravos, por exemplo. Aliás, quase todas as questões apareceram disputando espaço com outras temáticas. Algumas receberam uma linha, outras um pouco mais de espaço. Em três momentos diferentes, o narrador da série fez referência à escravidão, sem que algum fato “extraordinário” o obrigasse. Desse modo, a sexta crônica da série, a de 29 de maio de 1892, teve como fio condutor uma citação de Dumas. As palavras do teatrólogo francês serviram de abertura ao texto, depois cederam lugar aos comentários sobre as chuvas, até finalmente chegar numa questão que havia marcado aquela semana: o naufrágio do navio Solimões. A próxima questão versava sobre o começo dos trabalhos na Câmara dos Deputados, com várias reflexões sobre a ausência dos parlamentares, explicadas, no final das contas, devido a uma aversão da humanidade à “obrigação”. Ou seja, porque os deputados são obrigados a participar de reuniões políticas isso acaba gerando uma “obrigação” e também uma suposta necessidade de escapar. O contrário não ocorreria, se a reunião fosse num teatro ou num baile. Isso cedia espaço à reflexão bastante interessante. Vamos acompanhar, seguindo o próprio narrador:

Tudo por quê? Porque são atos voluntários [ir ao teatro ou baile], não há calendário, nem relógio, nem ordem do dia; não há regimentos. O que não podemos tolerar é a obrigação. Obrigação é eufemismo de cativo: tanto que os antigos escravos diziam sempre que iam *à sua obrigação*, para significar que iam para casa de seus senhores.

Nós fazemos tudo por vontade, por escolha, por gosto; e, de duas uma: ou isto é a perfeição final do homem, ou não passa das primeiras verduras. Não é preciso desenvolver a primeira hipótese; é clara de si mesma. A segunda é a nossa virgindade, e, quando

menos em matéria de amofinações, políticas ou municipais, é preciso aceitar a teoria de Rousseau: o homem nasce puro. Para que corromper-nos?

De início, o narrador tentava justificar a falta dos deputados ao trabalho. A ausência não era culpa deles, mas devido a uma conformidade da natureza humana. O homem tenta escapar a qualquer tipo de obrigação; portanto, de responsabilidades e compromissos. No caso dos deputados, seriam responsabilidades e compromissos assumidos com a nação. Logo abaixo, ainda nos deparamos com uma daquelas manias do narrador, que se mostrava tão preocupado com a adequação de cada palavra, seus significados correlatos e a escolha de algumas expressões que seriam menos diretas do que outras. “Obrigação é eufemismo de cativo” e, para explicar essa conclusão, acabava trazendo à baila os “antigos escravos”. Sendo assim, os deputados estariam dispensados de comparecer às sessões da Câmara, porque o trabalho escravo havia sido abolido. No entanto, é preciso observar, primeiro, a distância que todos sabiam existir entre o trabalho exercido na Câmara e aquele realizado pelos escravos. O que já é um indício de que, ao pretender defender tais “trabalhadores”, aquele narrador estava mesmo era tentando causar indignação em quem lesse a sua crônica. Em segundo lugar, a escravidão era jogada num passado distante, quando o narrador se referia aos “antigos escravos”. Com isso, talvez corroborasse com a tentativa de apagar alguns vestígios daquela forma de exploração do trabalho e contribuísse com o ideal da República moderna e com trabalhadores assalariados.

Não por acaso, na continuidade da crônica o narrador afirma a liberdade que imperava naquela sociedade. Faz isso e, ao mesmo tempo, questiona-se: “Ou isto é a perfeição final do homem, ou não passa das primeiras verduras.” Ao realizar esse movimento, tende a mostrar como seus contemporâneos estavam apenas aprendendo a lidar com a nova realidade do trabalho livre. A escravidão apenas havia acabado de ir embora, deixando vários vestígios. Entre eles a possibilidade de deputados escaparem de suas obrigações, porque não pretendiam fazer nada que cheirasse a trabalho forçado. Claro que isso não passava de uma forma daquele narrador expor as contradições do sistema político brasileiro. Para isso, no entanto, fazia lembrar a escravidão, mesmo quando todos queriam vê-la bem distante de suas realidades.

O narrador de “A Semana” voltaria a inserir referências à escravidão na décima crônica, a de 26 de junho de 1892. Esta tomava como intróito a reprodução de telegramas que haviam sido publicados na *Gazeta de Notícias*, nos dias 22 e 23 daquele mês, sobre a demissão do ministério grego. Talvez o problema, de fato, não fosse a demissão em si do ministério, mas a ocidentalização do mundo. Assim, depois de várias linhas em que se mostrava bastante estarrecido, informava que trataria apenas de telegramas. Já sabemos que essa era uma das seções prediletas daquele narrador, embora os telegramas fossem dúbios e com informações desencontradas. Então, começava por um telegrama enviado de Pernambuco, depois passava para outro de Canavieiras, cidade baiana, até chegar num de São Paulo e afirmar o seguinte:

Dizem telegramas de S. Paulo que foi ali achado, em certa casa que se demolia, um esqueleto algemado. Não tenho amor a esqueletos; mas este esqueleto algemado diz-me alguma cousa, e é difícil que eu o mandasse embora, sem três ou quatro perguntas. Talvez ele me contasse uma história grave, longa e naturalmente triste, porque as algemas não são alegres. Alegres eram umas máscaras de lata que vi em pequeno na cara de escravos dados à cachaça; alegres ou grotescas, não sei bem, porque lá vão muitos anos, e eu era tão criança, que não distinguia bem. A verdade é que as máscaras faziam rir, mais que as do recente carnaval. O ferro das algemas, sendo mais duro que a lata, a história devia ser mais sombria.

De forma ainda mais clara do que antes, a escravidão é jogada para tempos longínquos. Afinal de contas, por mais de uma vez, naquele período, esse narrador já havia confirmado os muitos anos de vida completados por ele.⁸ Se já não era nenhum juvenzinho, isso quer dizer que a sua infância contava muitos anos; além disso, conforme faz questão de frisar o próprio contador: “lá vão muitos anos”. Aqui, no entanto, o objetivo, ao rememorar a escravidão, parecia não ser apenas o de mostrar o quanto aquilo estava distante temporalmente. Existe mais alguma coisa que precisa ser desvendada. Primeiro, precisamos considerar que, assim como em todas as outras semanas, vários telegramas estavam disponíveis, mas o nosso narrador fez questão de escolher justamente esse sobre o esqueleto algemado. Não somente o escolheu como teceu alguns comentários a respeito. Logo em seguida a esse parágrafo, o narrador parecia querer continuar a relatar os telegramas da semana:

Há um telegrama... Diabo! acabou-se o espaço, e ainda aqui tenho uma dúzia. Cesta com eles! Vão para onde foi a questão do benzimento da bandeira, os guarda-livros que fogem levando a caixa (outro telegrama), e o resto dos restos, que não dura mais de uma semana, nem tanto. Vão para onde já foi esta crônica. Fale o leitor a sua verdade, e diga-me se lhe ficou alguma cousa do que acabou de ler. Talvez uma só, a palavra *clavinoteiros*, que parece exprimir um costume ou um ofício. Cá vai para o vocabulário.

Essa declaração nos ajuda a compreender que havia um processo de seleção daquilo que entraria e seria comentado na crônica. Com relação ao telegrama de São Paulo, o narrador mostrava como os castigos públicos impostos aos escravos ainda perturbavam a sua memória. Logo a associação torna-se imediata: aquele esqueleto algemado poderia ser de um escravo castigado alguns anos atrás. Além disso, por mais que o narrador, tantas vezes, assumisse um ar zombeteiro, aquelas não eram lembranças alegres. Algemas e máscaras de lata eram indícios de alguma história triste. E como algemas são confeccionadas por um material ainda mais resistente, a história daquele esqueleto “devia ser mais sombria”. Finalmente, é importante frisar que houve a escolha deliberada por tal telegrama e a associação com histórias da escravidão. Por mais que o narrador de “A Semana”, algumas vezes associasse a escravidão aos tempos remotos, parecia haver uma necessidade de Machado de Assis de denunciar várias facetas daquele tempo que, de modo algum, estava distante da sua realidade.

A última referência à escravidão naqueles dois anos ocorreu na crônica de 14 de maio de 1893. Conforme a data já deve indicar, os comentários diziam respeito às comemorações do quinto aniversário do 13 de Maio. A crônica começava como tantas outras, comentando sobre o mau tempo. Isso, no entanto, serviria, mais tarde, para mostrar como nem o sol nem a população do Rio de Janeiro haviam prestigiado uma data tão importante para o País. A ausência de sol naquele dia ainda servia para lembrá-lo como foi o 13 de Maio de 1888:

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim. Também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente [Ferreira de Araújo];

todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembra ter visto. Essas memórias atravessam-me o espírito, enquanto os pássaros trinavam os nomes dos grandes batalhadores e vencedores, que receberam ontem nesta mesma coluna da *Gazeta* a merecida glorificação. No meio de tudo, porém, uma tristeza indefinível. A ausência do sol coincidia com a do povo? O espírito público tornaria à sanidade habitual?

Conforme ficou indicado páginas atrás, a data da assinatura da Lei Áurea motivava alguma comemoração em todos os outros anos, assim como ocorria naquele 1893. Por sua vez, no entanto, a população do Rio de Janeiro parecia não ver sentido em sair da sua casa e comemorar a data. Talvez isso fosse uma resposta às várias tentativas republicanas de apagar a existência do trabalho escravo no País. Conforme indicou Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos, “com a abolição do cativo, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus”. (RIOS; MATTOS, 2004, p. 170). Completamente envolvido no movimento de seu tempo, ora Machado de Assis construía escravos que viveram num passado distante, ora titubeava e reclamava porque seus leitores não haviam participado do aniversário da assinatura da lei que aboliu a escravidão, aproximando-a da vida de todos, inclusive da dele. Essa tentativa de desaparecer com os descendentes da escravidão parece, portanto, ter surtido efeito em seu tempo, chegando a direcionar a própria historiografia que durante muito tempo privilegiou os estudos em torno das levas de imigrantes e de seus efeitos para a sociedade brasileira.⁹

Aquela crônica servia não somente para reclamar da ausência de sol e do povo no dia 13 maio de 1893, mas também para construir uma memória para o processo que desembocou na assinatura da lei. Assim prosseguia a crônica:

Chegaram-me os jornais. Deles vi que uma comissão da sociedade, que tem o nome de Rio Branco, iria levar à sepultura deste homem de Estado uma coroa de louros e amores-perfeitos. Compreendi a filosofia do ato; era lembrar o primeiro tiro vibrado na escravidão. Não me dissipou a melancolia. Imaginei ver a comissão entrar modestamente pelo cemitério, desviar-se de um enterro obscuro, quase anônimo, e ir depor piedosamente a coroa na sepultura do vencedor de 1871. Uma comissão, uma grinalda. Então

lembraram-me outras flores. Quando o senado acabou de votar a lei de 28 de setembro, caíram punhados de flores da galeria e das tribunas sobre a cabeça do vencedor e dos seus pares. E ainda me lembraram outras flores...

Nesse ponto, Machado de Assis caminhava na mesma direção que os seus contemporâneos. Ou seja, a abolição havia sido realizada por intelectuais e políticos, responsáveis pela elaboração de leis que encaminharam todo o processo. Esses homens precisavam, então, ser rememorados naquela data. Ao lado disso, o literato ainda conferia uma importância bastante significativa à conhecida Lei do Ventre Livre e, ao mencionar como havia transcorrido a sua aprovação, deixa a sensação de que o próprio literato poderia estar presente, assistindo o acontecimento histórico. Talvez, também, os leitores que tivessem acompanhado mais de perto o seu desenrolar tenham se lembrado perfeitamente da chuva de flores em comemoração à aprovação da lei, no Senado.¹⁰

O temor expresso naquela crônica revelava-se na seguinte afirmação: “Temo que o nosso regozijo vá morrendo, e a lembrança do passado com ele.” Sendo assim, os registros sobre a escravidão, contidos na série de crônicas “A Semana”, por mais que, muitas vezes, fizessem menção a pessoas que viveram a escravidão num passado distante tinham um objetivo bastante determinado: mostrar o quão pernicioso havia sido aquele sistema de exploração de trabalhadores escravizados à força. Numa tentativa de impedir que outras práticas semelhantes tornassem a fazer parte da realidade daquelas pessoas. Era preciso lembrar, mostrar que as chagas ainda estavam abertas. Foi esse o movimento realizado por Machado de Assis, quando se atreveu a mexer naquela ferida.

Fatos extraordinários

Se a crônica servia como instrumento de denúncia, sob a pena de Machado de Assis, o que menos vale é o número de vezes em que são feitas menções à escravidão, mas a capacidade de criar metáforas que pudessem revirar situações que pareciam dadas. Por isso, talvez, explorar a temática tomando como referência o trabalho forçado e a violência dos castigos físicos. Essa pode ter sido uma estratégia para obrigar os seus contemporâneos a refletirem sobre as novas formas de trabalho que se instalavam naquele momento. O não esquecimento servia para que aquelas que anunciavam sua força de trabalho nas páginas dos jornais – e também para os senhores

inconformados – soubessem bem o limite imposto pelo final da escravidão no país. Por isso, quando os jornais noticiavam a existência de escravos, vivendo escondidos pelos seus senhores, a situação era descrita como uma aberração e com um tom bastante sério do narrador de “A Semana”.

No ano anterior à publicação da crônica que acabamos de ver, quando se comemorava o quarto aniversário da Lei Áurea, a *Gazeta de Notícias* parecia decidida a promover alguns festejos. Na semana compreendida entre os dias 8 a 14 de maio de 1892, quase diariamente encontramos alguma nota intitulada “Treze de Maio”. Houve uma tentativa dos jornais se organizarem e publicarem um suplemento comum que seria distribuído no dia 13 de maio.¹¹ No entanto, acabaram desistindo de tal empreendimento. Depois noticiaram sobre a organização da festa, deixando saber quais seriam as solenidades.¹² No dia da efeméride, o jornal publicou uma reflexão mais densa, afirmando que “Quatro séculos quase dominou a escravidão sobre o Brasil. Não há mais de quatro anos que dela ficamos livres. Entretanto, parece que a liberdade data por séculos e que a escravidão não passou de um pesadelo e de um eclipse”.¹³

Com essas palavras, deixava claro aquele mesmo movimento que viemos acompanhando de distanciar o País da escravidão. No dia seguinte, no entanto, a população seria informada de dois fatos importantes: o povo não havia comemorado a data,¹⁴ mas a existência de uma escrava em São Paulo.¹⁵ Ora, se a escravidão “não passou de um pesadelo”, parece que algumas de suas vítimas ainda não tinham sido acordadas. O “Telegramma”, publicado na *Gazeta de Notícias*, informava:

Conheceu-se hoje um fato revoltante que há muito dava-se nesta capital. A família Ramalho, residente à rua Senador Feijó, conservava até hoje no cativeiro uma infeliz preta de nome Ana, que vivia em casa de sua senhora, quase incomunicável e quando a família saía à rua, Ana ficava presa num quarto.

Dada a denúncia a polícia, o Dr. Bento Galvão, 1º delegado deu cerco na casa, mas os donos não queriam consentir na busca. Começou a afluir muito povo. À vista da atitude deste que queria invadir a casa foi consentida a entrada da autoridade e algumas pessoas que efetivamente encontraram a escrava. Esta declarou a princípio ser bem tratada por sua senhora.

Depois que saiu, disse que desconhecia a liberdade, que ainda se julgava escrava, que sofria castigos de seus senhores, quando não obedecia às suas ordens. Ana foi submetida a interrogatório. Consta

que seus depoimentos comprometem muito a família Ramalho. Ana foi depositada em casa do senador estadual Bueno Andrada. Quando foi retirada da casa do cativo, o povo prorrompeu em aclamações e vivas à liberdade. Parece que a polícia, colhidas provas seguras, vai proceder com toda a energia contra os implicados nesse atentado.

Pior notícia não poderia ser publicada naquela semana. Contrariava tudo aquilo que vinha aparecendo na imprensa desde a assinatura da Lei Áurea. Indicava a inconformidade e a resistência de alguns senhores ao cumprimento da lei. Ao manter aquela mulher “quase incomunicável” e “presa num quarto”, aquela família não somente usava a mesma linguagem da escravidão, como também as mesmas ações. Era a prova mais cruel de que a escravidão fora abolida havia apenas quatro anos e de que as práticas daquela época ainda persistiam. Escondida dentro de casa, Ana deveria realizar os principais trabalhos domésticos, sem nada receber para isso, enquanto todos descansavam. Como acreditava que a escravidão ainda não terminara, talvez imaginasse que o tratamento despendido pelos seus senhores era suficiente, justo. No entanto, quando descobriu que havia sido escravizada ilegalmente, tratou de revelar os castigos sofridos, quando desobedecia as ordens de seus senhores. Para Ana, aquela situação poderia ser justificada enquanto acreditava ser uma escrava, mas em situação de liberdade precisava ser denunciada. A mulher ganhou o apoio popular e deixou a família Ramalho em apuros.

Essa história não se encerrou com a publicação daquele telegrama, que, aliás, passaria a ser de conhecimento de um número de pessoas cada vez maior, justamente por ter sido publicado na *Gazeta de Notícias*, jornal de grande circulação na capital federal. Além desse, no domingo, 15 de maio de 1892, aparecia um novo telegrama, intitulado “Escrava em S. Paulo”, informando que Julio Nunes Ramalho, esposo de Fabrícia Ramalho, trabalhava na secretaria da câmara dos deputados, de onde fora demitido “a bem do serviço público”. Ou seja, os senhores inconformados de modo algum poderiam despistar, informando não conhecer a lei. O denunciante também teve seu nome revelado: Antônio Paciência, “que nos tempos da propaganda muito trabalhou nesta capital a favor dos escravizados”.

Já sabemos que o narrador de “A Semana” interessava-se sobremaneira pelos telegramas. Para além desse interesse fortuito, uma notícia daquelas, quando a assinatura da Lei Áurea completava mais um ano, já a tornava

ingrediente necessário para a crônica dominical. E foi exatamente isso o que ocorreu. Vejamos o primeiro parágrafo da crônica:

Não há abertura de Congresso Nacional, não há festa de Treze de Maio, que resista a uma adivinhação. A sessão legislativa era esperada com ânsia e será acompanhada com interesse. A festa de Treze de Maio comemorava uma página da história, uma grande, nobre e pacífica revolução, com este pingo de ser descoberta uma preta Ana ainda escrava, em uma casa de S. Paulo. Após quatro anos de liberdade, é de se lhe tirar o chapéu. Epimênides também dormiu por longuíssimos anos, e quando acordou já corria outra moeda; mas dormia sem pancadas. A preta Ana dormiu na escravidão, não sabendo até ontem que estava livre; mas como o sono da escravidão só se prolonga com a dormideira do chicote, a preta Ana, para não acordar e saber casualmente que a liberdade começara, bebia de quando em quando a miraculosa poção. O caso produziu imenso abalo; o telégrafo transmitiu a notícia e todos os nomes.

Não bastava apenas confirmar o descobrimento de uma escrava na mesma semana em que se comemorava a assinatura da Lei Áurea. Era preciso assumir o 13 de Maio como uma “revolução”, talvez a data mais importante para o País até aquele momento, que havia assegurado transformações reais na vida de diversas pessoas, segundo a concepção daquele narrador. A “preta Ana” aparecia então como a prova mais real da existência da escravidão no Brasil, e, principalmente, de suas consequências para uma parcela da população que vivia subjugada. Com isso, é possível observar um cronista comprometido com as notícias publicadas no jornal do qual fazia parte, mas também disposto a inserir figuras de linguagem em sua escrita, capazes de colocar em dúvida todo um esforço de seus contemporâneos de apagar os vestígios da escravidão. Afinal de contas, ao denunciar a existência de uma escrava em São Paulo, parecia importante frisar o caráter de reclusão ao qual a “preta Ana” havia sido submetida e também os castigos físicos sofridos por ela. Com esse movimento, o narrador, construído por Machado de Assis para a série de crônicas neste artigo analisada, acabava gerando dúvida sobre as certezas lançadas pelo regime republicano, pelo menos no que diz respeito à abolição da escravidão no País.

Notícias sobre esse mesmo caso voltaram a aparecer na *Gazeta de Notícias*, na seção de “A Pedidos”, do dia 18 de julho de 1892. Motivado

por um telegrama publicado em *O Paiz*, o advogado do casal Ramalho afirmava que o julgamento do caso ainda não havia sido marcado. E ainda defendia:

Em que pese a ela e aos gratuitos e miseráveis detratores e a quantos se têm precipitadamente pronunciado contra a família Ramalho – nesta questão hei de provar a sua completa inocência, hei de mostrar que ela foi vítima da especulação perversa de mendigo que no dia seguinte à denúncia teve subscrição pública e de vaidoso-ridículo que inventou e anunciou manifestação a si de retrato a óleo! Hei de conseguir da integridade moral do juiz singular a não pronúncia pelo juízo coletivo, togado também; meus clientes nem irão ao júri, o asseguro ao público, como tanto parece querer o leviano correspondente telegráfico d'*O Paiz*; a justiça pública por seu distinto órgão quase nem achou matéria para a denúncia, por conseguinte a tarefa que me imponho de provar a inocência completa de meus clientes será de fácil desempenho – e o público o saberá oportunamente.

Com linguagem rebuscada, tão característica de sua profissão, aquele advogado tentava impedir que o caso fosse adiante, sendo julgado como aclamava a imprensa e a população. Diante disso é possível afirmar que, se por um lado existia o esforço de apagar a lembrança da escravidão no Brasil, por outro algumas situações que pudessem ser diretamente associadas ao trabalho escravo precisavam ser denunciadas e investigadas.

Sendo assim, encontrar mais uma pessoa escravizada e que não possuía conhecimento da assinatura da lei, poucos meses depois, motivou mais alguns telegramas e outros comentários do narrador da série de crônicas “A Semana”. Desse modo informava um dos telegramas publicado em *O Paiz*, no dia 31 de dezembro de 1892, sábado:

“Uberaba, 30.

Ontem a cidade foi agastada por um fato estranho.

Às 2 horas da tarde, oito capangas do fazendeiro coronel José Francisco da Silva Oliveira, comandante da guarda nacional, armados de garruchas e cacetes, invadiram a chácara do engenheiro Chrispiniano Tavares, e violentamente arrastaram dali um preto de nome João, empregado naquela chácara, e apontaram-lhe garruchas, impedindo-o de gritar por socorro.

Depois arrastaram-no pelas ruas da cidade até à casa do referido coronel.

O fato indignou a população.

O engenheiro Tavares deu queixa ontem mesmo à polícia, referindo haver aparecido aquele preto há dois meses na sua chácara, andrajoso.

Supondo-o criminoso ia despedi-lo, depois de alimentá-lo; dizendo, entretanto, o preto não ter praticado delito algum e simplesmente ser cativo do coronel José Francisco, conservou-o em sua residência.

O infeliz fugira naquele dia da fazenda, com medo das pancadas.

O pessoal da chácara disse-lhe que não havia mais cativo, que era um homem livre.

O engenheiro Tavares, condoído da miséria, agasalhou o preto, dando-lhe serviço e salário.

A polícia providenciou com toda a energia, capturando logo dois capangas, um dos quais declarou ser verdade todo o referido.

Trazida a vítima à presença da autoridade, às 9 ½ da noite, pelo comandante do 2º corpo de polícia, fez declaração completa, julgando-se escravo e fornecendo muitos esclarecimentos importantes, que serão aproveitados pela polícia no rigoroso inquérito desde ontem aberto.

Reina a mais viva agitação de ânimos. As autoridades estão ameaçadas de desacato.

A força pública conserva-se correta e muito se confia no espírito calmo do digno comandante, o major Felipe Mello.

Passados alguns dias, o *Jornal do Brazil* afirmava que a *Gazeta de Uberaba* havia dado “publicidade ao fato revoltante de ataque à liberdade individual, de verdadeira escravização já conhecido aqui por telegrama e assim minuciosamente narrado pela queixa escrita que do delegado de polícia daquela localidade mineira dirigiu o engenheiro Chrispiniano Tavares”.¹⁶ Em seguida, publicava o depoimento do engenheiro Tavares, com palavras idênticas àsquelas do telegrama publicado pelo *O Paiz*. Além disso, o *Jornal do Brazil* reproduzia alguns trechos bastante interessantes da *Gazeta de Uberaba* sobre a reação da população daquela cidade:

Os fatos narrados nesse documento causaram viva sensação em todos quantos os presenciaram, e a autoridade policial, recebida a queixa, providenciou energicamente, conseguindo logo a prisão de dois daqueles indivíduos.

Por sua vez o digno comandante do 2º corpo, major Felipe de Mello, guiado pelo pensamento de evitar quaisquer desordens traria à delegacia de polícia o preto a que se refere a queixa.

Este fez declarações completas pondo a autoridade ainda mais ao fato, se é possível, dos vexames de que fora vítima.

Disse ser filho de uma escrava da beira do Rio das Velhas, vendida há alguns anos pelo cidadão Pedro Fioro Gonçalves dos Anjos ao Coronel Francisco da Silva e Oliveira.

Aguardamos o prosseguimento do inquérito policial acerca de fato tão grave e que para honra desta cidade não deve ser reproduzido.

Em plena República, depois de três anos desse regime livre, não se compreende, não se pode tolerar mais esses abusos inqualificáveis contra a liberdade individual.

Ao reafirmar o estado de indignação geral, a notícia deixava entrever que aquela situação não poderia ser tolerada em uma República. Certamente essa alegação possuía um efeito retórico bastante interessante, pois, na primeira crônica de “A Semana” publicada em 1893, o narrador afirmava:

Há fatos mais extraordinários que a desolação de Babilônia. Há o fato de um preto de Uberaba, que, fugindo agora da casa do antigo senhor, veio a saber que estava livre desde 1888, pela lei da abolição. Faz lembrar o velho adágio inglês: ‘Esta cabana é pobre, está toda esburacada; aqui entra o vento, entra a chuva, entra a neve, mas não entra o rei’. O rei não entrou na casa do ex-senhor de Uberaba, nem o presidente da República. O que completa a cena, é que uns oito homens armados foram buscar o João (chamase João) à casa do engenheiro Tavares, onde achara abrigo. Que ele fosse agarrado, arrastado e espancado pelas ruas, não acredito; são floreios telegráficos. Ainda se fosse de noite, vá; mas às 2 horas da tarde... Creio antes que a polícia prendesse já dois dos sujeitos armados e esteja procedendo com energia. Agora, se a energia irá até o fim, é o que não posso saber, porque (emendemos aqui o nosso Schiller) os belos dias de Aranjuez ainda não acabaram.

Para a confecção de sua crônica, Machado de Assis mostrava justamente que assim como havia ocorrido no regime anterior, algumas pessoas continuavam sendo escravizadas na República. Já conhecedor dos exageros impostos pelos telegramas, fazia algumas ressalvas, mas ainda assim não deixava de observar o absurdo da situação. Enfim, parece haver indicações suficientes para acreditar que o narrador de “A Semana” acabou aproveitando-se daquela questão para fazer uma crítica à República e lembrar que pouca coisa havia mudado de um regime para o outro, apesar de todas as promessas contrárias. Enquanto alguns articulistas exploravam a vagareza do congresso para imprimir mudanças no País, Machado de Assis não desviava seu olhar das novas relações de trabalho estabelecidas. Até mesmo porque as notícias sobre o descobrimento de trabalhadores escravizados continuaram aparecendo. Ainda nas primeiras semanas de janeiro de 1893, o *Diário de Notícias* também informava sobre outro trabalhador que não tinha conhecimento da lei de 13 de maio de 1888.¹⁷ A situação era, portanto, grave e precisava de toda atenção de nosso literato que usou o espaço de honra na *Gazeta de Notícias*, para fazer com que seus leitores e leitoras refletissem e lutassem por uma República, de fato, transformadora das relações sociais. Para tanto, precisava denunciar os senhores inconformados e a lentidão das mudanças por ele assistidas que, muitas vezes, ficavam apenas na superfície das palavras mais adequadas e no vocabulário pomposo.

Finalmente, é preciso considerar a forma como Machado de Assis, inserido na indeterminação de seu tempo, e por meio de seu narrador, construía reflexões, de modo a demonstrar a construção de uma memória para a escravidão. Justamente por isso, por causa do momento de publicação na *Gazeta de Notícias*, essas crônicas têm fundamental importância. Tem sido significativo o esforço de alguns de seus estudiosos, em várias áreas do conhecimento, de demonstrar o posicionamento do literato diante da escravidão e da questão racial no pós-abolição. Sidney Chalhoub, por exemplo, afirmou sobre a falta de base empírica para aqueles que tentam classificar o referido literato como alguém que se envergonhasse de sua cor. (CHALHOUB, 2016, p. 85). As crônicas estudadas permitem, desse modo, vislumbrar um autor que tentava participar ativamente das discussões propostas, em um dos meios de circulação de ideias de maior alcance por aqueles tempos. A *Gazeta de Notícias* era um jornal que conseguia alcançar desde aquele que procurava por emprego na seção de anúncios até o produtor rural, além da classe intelectual e política. Por isso, deve ter sido tão

importante construir um narrador com ideias e métodos, muitas vezes, semelhantes àqueles utilizados por políticos que defendiam a superioridade do regime republicano. Havia crítica aos seus contemporâneos por meio desse narrador, mas existia também a tentativa do literato de não deixar apagar um momento tão crucial da história do País. Denunciar os casos de pessoas escravizadas ilegalmente parece ter sido a maneira mais retumbante de gritar contra aquele proposto esquecimento.

Notas

¹ Wlamyra Albuquerque ainda enfatiza que, “em 1889, o cotidiano dos carregadores [...] em quase nada havia mudado, apesar do ‘feliz treze de maio’”. Vivendo do estafante transporte de cargas e consumindo alimentos de qualidade duvidosa, para quem se empregava no ganho a abolição estava longe de ter significado qualquer redenção”. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 173).

² “13 de maio”. *Gazeta de Notícias*. 13 de maio de 1889.

³ “Treze de maio”. *Gazeta de Notícias*. 14 de maio de 1889.

⁴ “13 de maio”. *Gazeta de Notícias*. 11 de maio de 1890.

⁵ “Treze de maio”. *Gazeta de Notícias*. 12 de maio de 1890.

⁶ “Treze de maio”. *Gazeta de Notícias*. 12 de maio de 1891.

⁷ Este texto concentra-se na análise dos dois anos iniciais de publicação da série de crônicas “A Semana”. No entanto, essas crônicas apareceram na *Gazeta de Notícias* até o dia 28 de fevereiro de 1897, contando um total de 248 crônicas.

⁸ Isso aconteceu nas crônicas publicadas nos dias 5 de junho de 1892 e 30 de outubro de 1892.

⁹ Nos últimos anos, a historiografia tem dedicado especial atenção ao pós-abolição ou pós-emancipação. Para um estudo

comparativo dos tempos que separam a abolição dos dias atuais, conferir COOPER, Frederick; HOLT, Thomas & SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁰ Sidney Chalhoub mostra que, após alguma resistência, o “Senado votou e aprovou a proposta na sessão de 27 de setembro de 1871. Das galerias caíram flores, ‘de que ficava juncado o recinto’, e os espectadores ‘prorrromperam em prolongados e estrepitosos vivas ao Senado brasileiro’.” (CHALHOUB, 2003, p. 204).

¹¹ “Treze de Maio”. *Gazeta de Notícias*. 10 de maio de 1892.

¹² “Treze de Maio”. *Gazeta de Notícias*. 11 e 12 de maio de 1892.

¹³ “Treze de Maio”. *Gazeta de Notícias*. 13 de maio de 1892.

¹⁴ “Treze de Maio”. *Gazeta de Notícias*. 14 de maio de 1892.

¹⁵ “Telegrammas”. *Gazeta de Notícias*. 14 de maio de 1892.

¹⁶ “Ainda há um escravo!”. *Jornal do Brazil*. 5 de janeiro de 1893.

¹⁷ “Escravo?” *Diário de Notícias*. 10 de janeiro de 1893.

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. Escravidão e racismo em obras de Machado de Assis. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (Org.). *Pensadores negros: pensadoras negras Brasil século XIX e XX*. Cruz das Almas: Ed. da UFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- CHALHOUB, Siney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In: _____. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição”. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007.
- FRAGA FILHO, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jan./jun. 2004.